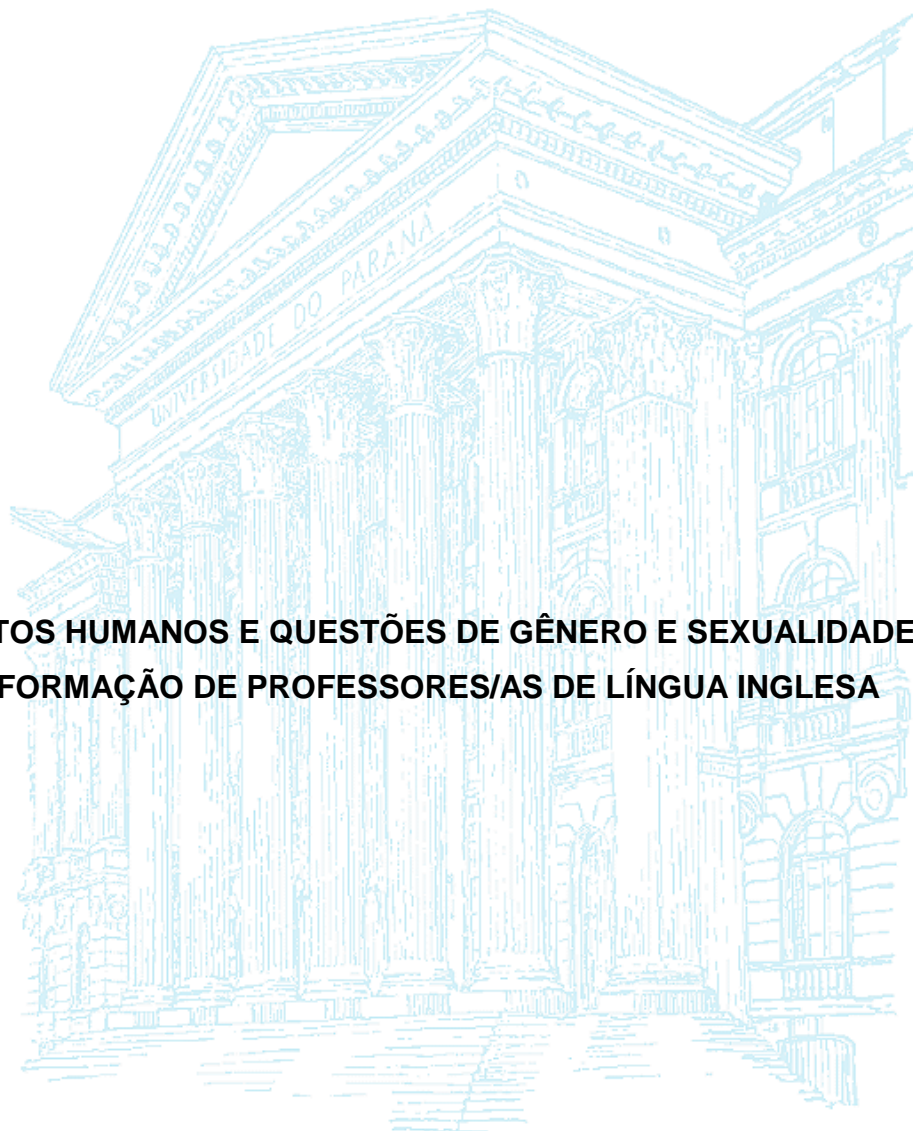


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**Setor Litoral**

**Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos**

**ROSANA APARECIDA RIBEIRO DE SENE**



**DIREITOS HUMANOS E QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DE LÍNGUA INGLESA**

**CURITIBA**

**2015**

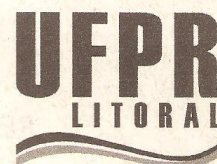
**ROSANA APARECIDA RIBEIRO DE SENE**

**DIREITOS HUMANOS E QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DE LÍNGUA INGLESA**

Artigo apresentado como requisito parcial  
para obtenção da certificação do curso de  
Especialização em Educação de Direitos  
Humanos da Universidade Federal do  
Paraná - Setor Litoral Matinhos.  
Orientador: Prof. Mestre Maurício Polidoro.  
Co-orientadora: Profa. Dra. Marília Pinto  
Ferreira Murata

**MATINHOS**

**2015**



## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Co-Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **MARÍLIA PINTO FERREIRA MURATA** realizaram em 27/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **ROSANA APARECIDA RIBEIRO DE SENE**, sob o título “*Direitos humanos e questões de gênero e sexualidade na formação de professores/as de língua*”, para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “9,8”, conceito “APL”.

Irati, 27 de junho de 2015.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marília Pinto Ferreira Murata  
Orientadora - Professora do Curso de  
Especialização Educação em Direitos  
Humanos – Pólo Irati

Prof.<sup>a</sup> MSc. Cristiane Rocha Silva  
Professora do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos

Prof.<sup>a</sup> Delma Braz Serenato  
Tutora do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos – Pólo  
Pontal do Paraná

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Afonso Takao Murata  
Professor do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos

**ROSANA APARECIDA RIBEIRO DE SENE**  
Estudante do Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos  
UFPR Setor Litoral

Aos meus filhos Alexander e Andrey Wallace  
é por vocês que estudo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço as professoras Marília Pinto Ferreira Murata, Cristiane Rocha Silva, ao professor Afonso Takao Murata, a tutora Sandra Márcia Duarte, ao orientador Maurício Polidoro, a todos e a todas aqueles e aquelas que trabalharam para ofertar este curso de Especialização em Direitos Humanos na modalidade a distância. A oferta, deste curso foi de suma importância para formação de profissionais conscientes de seus direitos, os quais serão um "elo" de ligação, para com aqueles e aquelas, que ainda buscam pelo aprendizado e conhecimento, sobre o que seja, realmente, Direitos Humanos. A Universidade Federal do Paraná vem desenvolvendo um belo trabalho, rompendo barreiras ao proporcionar a Educação a Distância, aos profissionais que desejam se especializar.

Eu prefiro ser  
Essa metamorfose ambulante  
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo  
Raul Seixas

## Resumo

A proposta desse artigo está em compreender como as questões de Gênero e Sexualidade estão relacionadas com Direitos Humanos na formação de professores/as de Língua Inglesa. Objetiva-se estudar a questão da formação de professores/as de Língua Inglesa na perspectiva de utilizar a língua como instrumento para a prática social, de forma a (re)pensar o currículo, no que se refere as questões de Gênero e Sexualidade em Direitos Humanos. Levando em consideração, que as escolas são espaços de construção de conhecimento e aprendizagem, se faz necessário a compreensão de tais questões, pelo fato do/a professor/a exercer uma certa autoridade na construção dos significados no processo de ensino. Dessa forma compreender sobre Direitos Humanos e questões de Gênero e Sexualidade no ambiente escolar, se torna indispensável para colaborar na construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa, buscando relações de convívio sem preconceito, racismo, homofobia e sexismo no meio social. Esse trabalho caracteriza-se como uma reflexão teórica de cunho bibliográfico, do curso de Especialização de Educação em Direitos Humanos.

### **Palavras Chaves:**

Direitos Humanos. Gênero. Sexualidade. Formação de Professores/as de Língua Inglesa.

## ABSTRACT

The proposal of this article is to understand how the questions of Genre and Sexuality relate to Human Rights in the formation of the English Language. It aims at studying the issue of the formation of teachers of the English language with a view to use the language as a tool for social practice, so as to (re)think the school curriculum in issues related to Genre and Sexuality in Human Rights. Taking into consideration the fact that schools are places for building up knowledge and learning, the understanding of such questions become necessary, since the teacher exerts some authority in the construction of meanings in the teaching process. Thus, it is essential to understand about Human Rights and questions of Genre and Sexuality in the school environment, in order to contribute to the building up of a fairer and more harmonious society, seeking relationships of interaction without prejudice, racism, homophobia, or sexism in the social environment. This work is a theoretical reflection of bibliographical research, from the Specialization Course in Education in Human Rights.

**Keyword:** Human Rights. Genre. Sexuality. Formation Teacher's English Language.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. COMO SURTIU OS DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>11</b>
2.1 DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO.....	14
2.2 IDENTIDADE EDIFERENÇA.....	16
2.3 CULTURA E PODER E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE.....	18
2.4 POR QUE INSERIR DIREITOS HUMANOS NO CURÍCULO ESCOLAR.....	20
<b>3. DEFININDO GÊNERO E SEXUALIDADE.....</b>	<b>23</b>
3.1 GÊNERO E SEXULIDADE NA ESCOLA.....	24
<b>3.2 DIREITOS HUMANOS E QUSTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA.....</b>	<b>27</b>
<b>4. DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO D EPROFESSORES E DE PROFESSORAS DE LÍNGUA INGLESA.....</b>	<b>28</b>
4.1 DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E SEXUALIDADE NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA.....	32
4.2 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS NAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM LÍNGUA INGLESA.....	34
<b>5. AÇÕES CONTÍNUAS PARA IMPLEMENTAR A INTERDISCIPLINARIEDADE NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA DE ACORDO COMA PROPOSTA DE DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>36</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido a partir do Curso de Especialização de Educação em Direitos Humanos e da necessidade de (re)pensar o currículo de forma mais abrangente no que se refere a inclusão dos novos desafios educacionais. Desafios estes, que exige discussão, intervenção e problematização em sala de aula. Dessa forma as aulas de Língua Inglesa devem ser consideradas como um instrumento de construção social, no qual os sujeitos sejam envolvidos de forma participativa e democrática na sala de aula. Pois, todos os dias tem-se notícia de violência envolvendo o ambiente escolar de forma constrangedora e agressiva principalmente referente a identidade de gênero e sexualidade dos/as estudantes, de forma a ignorar os Direitos Humanos existentes. Por isso, o objetivo desse artigo é investigar para compreender como as questões de Gênero e Sexualidade estão relacionadas com Direitos Humanos na formação de professores/as de Língua Inglesa. De que forma as aulas de Língua Inglesa podem ser utilizadas como instrumento para problematizar questões de Gênero e Sexualidade no ambiente escolar incluindo os Direitos Humanos.

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, será realizado uma pesquisa teórica de cunho bibliográfico, a qual será dividida em 5 seções: a Seção 2, irá abordar uma rápida retrospectiva histórica de: "Como surgiu os Direitos Humanos", com 4 subseções intituladas: na subseção 1, "Direitos Humanos e a Educação", na subseção 2, "Identidade e Diferença", na subseção 3, "Cultura e Poder e as Relações de Gênero e Sexualidade", na subseção 4, "Por que inserir Direitos Humanos no Currículo Escolar". Na Seção 3, abordarei a "Definição de Gênero e Sexualidade", com 2 subseções, intituladas: na subseção 1, "Gênero e Sexualidade na Escola", na subseção 2, "Direitos Humanos e Questões de Gênero e Sexualidade na Escola". Na seção 4, abordarei "Direitos Humanos e Formação de Professores e de Professoras de Língua Inglesa, com a subseção 1, "Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade nas Aulas de Língua Inglesa", na subseção 2, "A Importância do Trabalho Interdisciplinar em Direitos Humanos nas Questões de Gênero e Sexualidade em Língua Inglesa ", na seção 5, será abordada " Ações Continuadas para Implementar a Interdisciplinaridade nas Aulas de Língua Inglesa de com a Proposta de Direitos Humanos", finalizando com as "Considerações

Finais", na qual retomo a importância dos Direitos Humanos nas aulas de Língua Inglesa, trazendo em seguida as Referências utilizadas para realizar o trabalho.

Os autores e autoras utilizados(as) para desenvolver o presente trabalho foram: Louro (1997, 2008, 2000), Britzman (2000), Weeks (2000), Moita Lopes (2002), Auad (2006), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), Eagleton (2011), Hall (2011), Giesel (2012), Freitas e Pessoa (2012), Ferreira (2014), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2010), Murata (2014), Pfeifer (2014), Silva (2013), Woodward (2013) Archanjo (2014), Ferreira (2015).

## **2. COMO SURTIU OS DIREITOS HUMANOS**

Conhecer e entender sobre Direitos Humanos se faz necessário para a construção de uma sociedade mais justa e humana. Dessa forma, é importante, segundo Archanjo (2014), desenvolver uma educação para/em Direitos Humanos. Para isso, é necessário conhecer como, historicamente, o conceito de Direitos Humanos foi construído e quais as principais ferramentas jurídicas e teóricas foram criadas para protegê-los e garanti-los.

Voltando ao histórico dos Direitos Humanos, Archanjo (2014), descreve que no século XVIII surgiram as primeiras Declarações de Direitos, sendo o primeiro documento desse tipo, a Declaração de Direitos do Estado de Virgínia, na América do Norte, mas o que exerceu mais influência no mundo foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembléia Nacional francesa em 1789. No século XX houve duas guerras mundiais, em grande parte causadas pela ambição de poder e de riqueza de alguns homens que desprezavam os Direitos Humanos. Milhões de pessoas foram mortas nessas guerras e outros milhões sofreram os maiores horrores, perdendo seus entes queridos, tendo que suportar privações, a anulação da liberdade e graves ferimentos, além do terror dos bombardeios e dos combates e da perda de tudo o que possuíam, quando terminou a Segunda Guerra Mundial, em 1945, os principais líderes dos países bem sucedidos reconheceram que era necessário criar uma associação de países que lembrasse constantemente ao mundo que nenhum objetivo e nenhuma ambição, de qualquer pessoa, de um

grupo social ou de um país, justificaria o desrespeito aos seres humanos. E assim foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU).

Para se fazer lembrar permanentemente do valor da pessoa humana e para estabelecer o mínimo necessário que todos os países e todas as pessoas devem se respeitar e respeitar uns aos outros. Por isso, a ONU encarregou um grupo de pessoas, entre as quais estavam filósofos, juristas, cientistas políticos, historiadores, de várias partes do mundo, para redigir uma nova Declaração de Direitos. Esses estudiosos se reuniram, pediram a opinião de muitas outras pessoas e prepararam a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, de 1948, entendida como o principal documento. Dessa forma, nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 10 de dezembro de 1948. Essa declaração é um conjunto de trinta artigos, nos quais estão indicados os Direitos fundamentais e suas exigências, e foi chamada de universal porque se dirige a toda a humanidade, devendo ser respeitada e aplicada por todos os países e por todas as pessoas, em benefício de todos os seres humanos, sem qualquer exceção. Archanjo (2014), afirma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi traduzida em mais de 360 idiomas, sendo o documento mais traduzido do mundo.

Os Direitos Humanos podem ser classificados em; civis, políticos e sociais, conforme classificação de Archanjo (2014); os direitos civis obrigam o Estado a uma atitude de não impedimento, a uma abstenção. Os direitos políticos (liberdade de associação nos partidos, direitos eleitorais) estão ligados à formação do Estado democrático representativo e implicam uma liberdade ativa, uma participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do Estado. Os direitos sociais (direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à tutela da saúde, liberdade da miséria e do medo), maturados pelas novas exigências da sociedade industrial, implicam, por seu lado, um comportamento ativo por parte do Estado ao garantir aos cidadãos uma situação de certeza.

O processo de elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos teve início no Brasil, em 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, por meio da Portaria nº 98/2003 da SEDH/PR, formado por especialistas, representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e organismos internacionais. De acordo com o que está descrito no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), a primeira versão do Plano

Nacional de Educação em Direitos Humanos foi lançado pelo MEC e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos em dezembro de 2003, com o intuito de orientar a implementação de políticas, programas e ações comprometidas com a cultura de respeito e a promoção dos Direitos Humanos. Em 2004 o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foi divulgado e debatido, em 2005 houve encontros estaduais, em 2006 o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi a vencedora do processo licitatório, em parceria com a Unesco, a qual formulou a versão preliminar.

Em seguida foi submetida à consulta pública via internet, e posteriormente foi realizada a revisão e aprovação pelo Conselho Nacional de Educação em Direitos Humanos, o qual se responsabilizou por sua versão definitiva. De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), o debate sobre os Direitos Humanos e a formação para a cidadania vem alcançando mais espaço e relevância no Brasil, a partir dos anos 1980 e 1990, por meio de proposições da sociedade civil organizada e de ações governamentais no campo das políticas públicas, visando ao fortalecimento da democracia. De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), a elaboração e implementação de planos e programas nacionais e a criação de comitês estaduais de educação em Direitos Humanos se constituem, portanto, em uma ação global e estratégica do governo brasileiro para efetivar a Década da Educação em Direitos Humanos 1995 - 2004. A implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos tem como objetivo difundir a cultura de Direitos Humanos no país.

Essa ação é importantes por que proporciona a disseminação de valores solidários, cooperativos e de justiça social, fortalecendo o processo de democratização na sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas pelo Estado brasileiro como políticas públicas universais, criando na população a cultura da política de respeitar uns aos outros, de forma a lembrar a todo o instante que a educação em/para Direitos Humanos se faz em todos os momentos e em todos os lugares, e deve ser vivenciada principalmente no ambiente escolar.

## 2.1 DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO

Para iniciar a reflexão nesta seção, se faz necessário lembrar dos sujeitos distintos de raça, nacionalidade, etnia, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência, os quais compõe o ambiente escolar. Essas pessoas, geralmente são vistas pela sociedade como "diferentes", como sujeitos que não são "normais", porque suas características não se enquadram no modelo socialmente instituído, de homem branco de classe média, heterossexual de origem européia. Essas diferenças tem ocasionado situações de preconceito, discriminação e violência, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. De acordo com Murata e Murata (2014), atualmente com a globalização, vem ocorrendo uma série de profundas mudanças, as quais indicam uma crise global de paradigmas, incluindo algumas identidades e excluindo outras, ocasionando, segundo Hall (2011), uma "crise de identidade". Hall (2011), salienta que no passado as bases das identidades eram sólidas e difíceis de mudar, mas agora devido as transformações, mudanças e globalização ocorre um duplo deslocamento dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo. Hall (2011), afirma que a identidade é formada ao longo do tempo, que está sempre incompleta, sempre em processo, sempre sendo formada. "Em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento" (HALL, 2011. p.39).

Então, compreende-se que os sujeitos não devem sofrer qualquer tipo de violência ao assumir suas identidades, pois há de se pensar que educar para/em Direitos Humanos é justamente lembrar, segundo Murata e Murata (2014), que os direitos humanos dizem respeito às liberdades básicas e que direitos e deveres estão intrinsecamente relacionados e que possuir direitos humanos significa poder controlar sua própria vida, ter acesso ao trabalho e a uma vida digna, participar da organização da comunidade, respeitar as diferenças, exigir políticas públicas para a garantia dos direitos. Ou seja, "os direitos humanos estão intimamente ligados à possibilidade de exercer a cidadania, por meio do protagonismo e da participação social e política, incluindo ainda, a solidariedade e o respeito à diversidade" (MURATA e MURATA, 2014, p. 43). Sendo assim, a escola é um dos lugares mais indicados para que os sujeitos aprendam sobre o respeito para com o próximo,

aprendam a exercer a cidadania, a qual inclui a inclusão do "outro", independente da sua cor, raça, etnia, gênero, sexualidade, religião e ou deficiência. Pois a luta dos Movimentos Sociais é para se fazer reconhecer-se pela sua identidade, dando fim ao preconceito, racismo e a qualquer tipo de violência.

Murata e Murata (2014), relata que historicamente, o Brasil se constituiu como um país de desigualdades, no âmbito social e em relação aos direitos humanos, por que a trajetória de discriminação, violência e de violação de direitos, contra grupos, como afrodescendentes, pessoas com deficiência, homossexuais, indígenas, classe social, nacionalidade, etnia, religião, entre outros, são constantemente comprovadas as situações de desrespeito e violência. Entende-se, que já houve conquistas de alguns direitos através de estatutos e declarações, mas ainda esses sujeitos sofrem o estigma de sua história ingrata, com isso carregam ao longo de sua trajetória a violência e a discriminação, vindo a se constituírem em grupos vulneráveis, de forma a aumentar a probabilidade de apresentarem problemas físicos, mentais ou sociais e ou também de sofrerem violações de seus direitos. Uma forma, de acabar com a segregação desses grupos vulneráveis é possibilitar no espaço escolar a discussão, a reflexão e a problematização sobre os diversos tipos de exclusão dos sujeitos.

Conforme Murata e Murata (2014), a educação é um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabendo priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não-formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros. A educação em direitos humanos pressupõe a disseminação de valores de justiça social e envolve práticas individuais e sociais que resultem em ações e instrumentos que favoreçam os direitos humanos e a reparação das violações e, neste processo, a educação se constitui ao mesmo tempo em um direito e um meio para o acesso a outros direitos. Por isso, Moita Lopes (2002), afirma que as escolas são espaços de construção de conhecimento e aprendizagem, por isso os significados gerados em sala de aula têm mais crédito social do que em outros contextos, devido a autoridade que os/as professores/as desempenham na construção do significado. As identidades construídas em sala de aula podem desempenhar um papel importante na vida dos indivíduos.

É através da escola que ocorrerá a implementação de uma cultura de direitos que passe a considerar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos e

cidadãos. De acordo com Murata e Murata (2014), um dos primeiros pontos a serem destacados quando se fala em efetivação das questões de direitos humanos na área da educação passa pela necessidade de garantir e promover uma educação de qualidade para todos os cidadãos, desde o ensino infantil até o ensino superior, passando por todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo as questões referentes à garantia desta mesma qualidade de ensino e das condições necessárias para atender às especificidades dos diferentes grupos, sejam eles, pessoas com deficiência, jovens e adultos, indígenas, negros, homossexuais, entre outros. Sendo que para a consolidação dos direitos humanos, no que diz respeito ao ambiente escolar, não basta apenas a garantia de acesso, mas principalmente a qualidade da formação ofertada. Assim, conhecer sobre Direitos Humanos é importante para poder fazer a inclusão do assunto nas aulas, pois será através da interação e disposição de alunos\as e professores\as que ocorrerá a empedramento de viver e respeitar em\para Direitos Humanos em qualquer lugar, principalmente no ambiente escolar, de forma a vir a respeitar as identidades e diferenças existentes na sociedade e principalmente no escolar. Sobre identidade e diferença você irá compreender melhor na próxima seção, a qual proporcionará uma reflexão mais profunda do assunto.

## **2.2 IDENTIDADE E DIFERENÇA**

Geralmente a sociedade adota a posição de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença, mas o que se busca com o presente trabalho é problematizar essas questões de identidade e da diferença, para ir além da tolerância. Segundo Silva (2013), "identidade" é aquilo que eu sou, ex: eu sou brasileiro, eu sou homem, eu sou jovem, eu sou branco, eu sou heterossexual. E a "diferença" é aquilo que o outro é, ex: ele é argentino, ele é homem, ele é idoso, ele é negro, ele é homossexual. Portanto, conforme Silva (2013), diferença e identidade simplesmente existem. Por isso ao assumir certas identidades, imediatamente é estabelecido e mostrado que o "outro" não é igual a mim, por que se fosse igual a mim, não precisaria afirmar quem eu sou. Exemplo: se todas as pessoas do mundo fossem brasileiras, não seria necessário afirmar que eu sou brasileira, afirmar que eu sou brasileira para os brasileiros não tem sentido, a partir do momento que eu

tenho que mostrar\afirmar a minha identidade para quem não é igual a mim, neste momento estou afirmando que você é diferente de mim - nesse momento então, surge a diferença.

Silva (2013), relata que identidade e diferença são inseparáveis, e que a diferença é resultado de afirmações negativas de umas identidades sobre as outras. E que a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Sendo que elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcentral, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. Nós produzimos a diferença a partir do momento que afirmamos a nossa identidade.

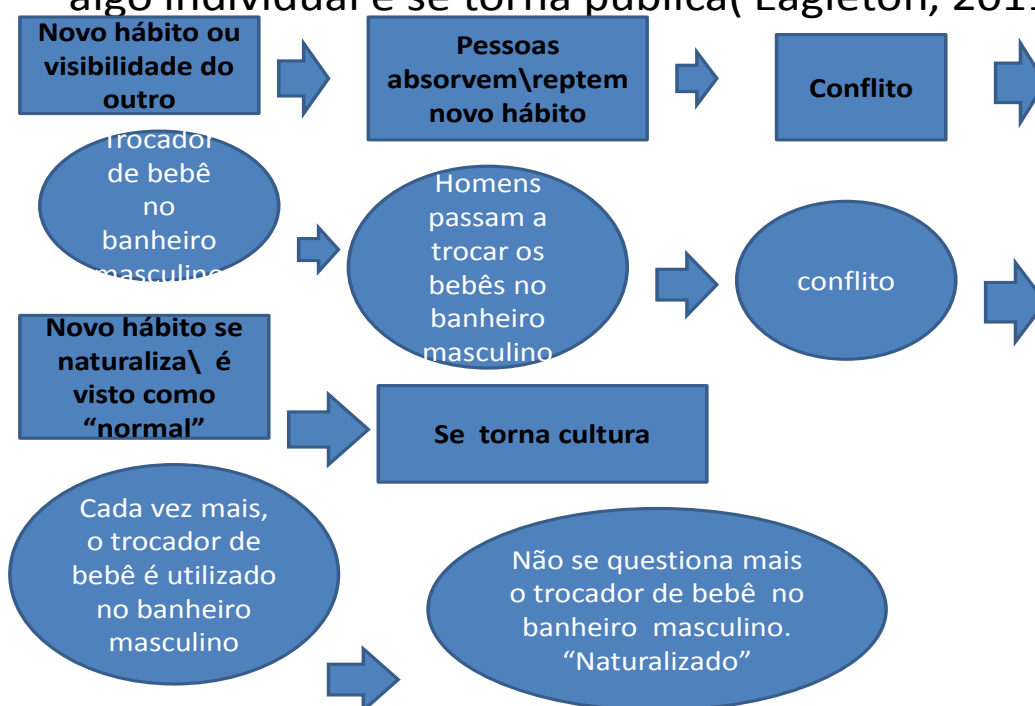
Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. Silva (2013), afirma que onde existe diferenciação, ou seja, identidade e diferença existe o poder, podendo ser percebido a presença do poder através das seguintes marcas: incluir \ excluir ( este pertence, aqueles não), demarcar fronteiras (nós e eles), classificar (bons e maus, puros e impuros, desenvolvidos e primitivos, racionais e irracionais), normalizar ( nós somos normais, eles são anormais). Essa classificação é realizada através do discurso, por que é atribuído significado aos signos. A partir do discurso é possível incluir e ou excluir certas identidades e diferenças. Silva (2013), lembra que o discurso é utilizado por pessoas que fazem parte de um grupo, um povoado, um estado, um país, envolvendo a cultura. Cada grupo, povoado, estado, país, possui em comum um certo grau de tolerância em classificar o modo de ser de cada sujeito.

Sendo assim, entra o poder de quem classifica e de quem é classificado, levando-se em consideração que segundo Silva (2013), a classificação de identidade e diferença gira em torno de oposições binárias: masculino\feminino, branco\negro, heterossexual\homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam. A classificação surge da cultura do que os povos, grupos, estados, países toleram em relação ao "outro", ou seja toleram em relação aquele que é diferente.

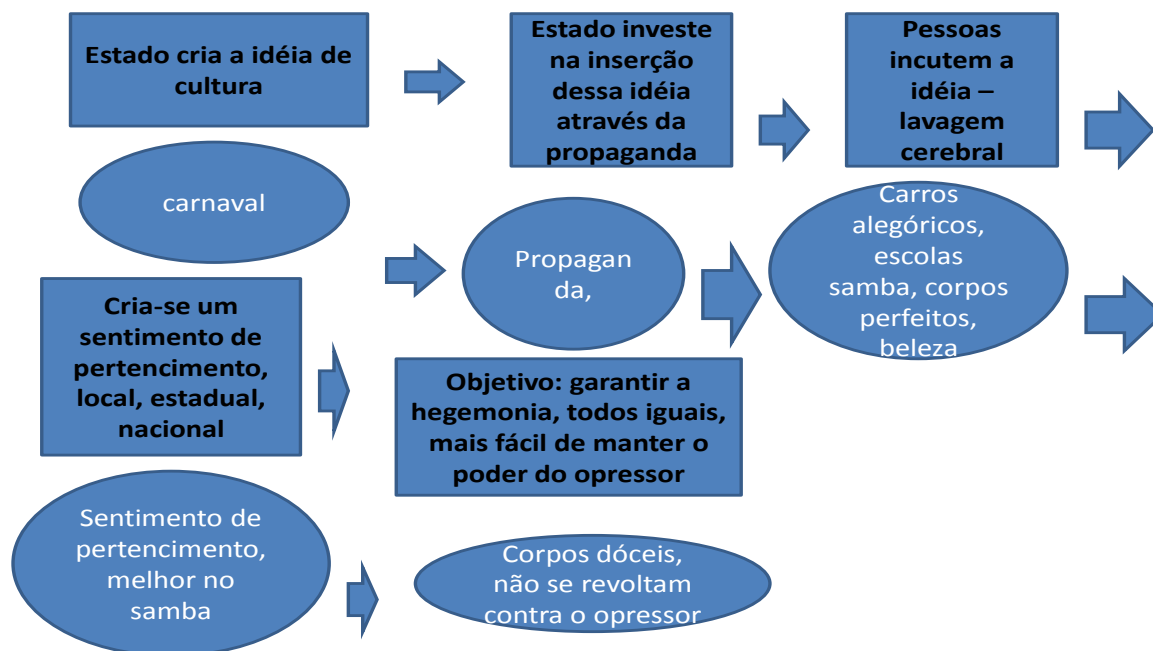
## 2.3 CULTURA E PODER E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Cultura e poder estão diretamente interligados. Compreender como isso ocorre se faz necessário para que seja possível entender como algumas identidades são consideradas e outras desconsideradas em meio ao que se busca na educação para\em Direitos Humanos. Eagleton (2011), define cultura no seu significado original como; "lavoura" ou "cultivo agrícola", ou seja, "o cultivo do que cresce naturalmente", ou ainda "a natureza produz cultura que transforma a natureza". Dessa forma, do mesmo jeito que as pessoas transformam a cultura, a cultura transforma as pessoas, ou seja, as pessoas adquirem novos hábitos de viver, e aos poucos esses hábitos se tornam naturalizados. Eagleton (2011), afirma que há dois tipos de cultura: aquela que nasce do meio do povo, ou de algo individual e se torna coletiva e aquela em que o Estado cria sutilmente sem que seja percebida pela maioria. Para compreender melhor, siga o esquema abaixo:

Cultura não é imposta- nasce do meio do povo, ou de algo individual e se torna pública( Eagleton, 2011)



## Estado cria idéia de cultura



De acordo com Moita Lopes (2002), os sujeitos estão posicionados em relação de poder que definem como podem agir em relação a alguém e vice-versa. Isso significa que é extremamente imediato o reconhecimento pela sociedade de quem está de posse do poder para buscar novas formas de vivência ou manter as que já existem, mesmo que sejam de opressão e violência. O poder está diretamente ligado com a forma de ser e de estar no mundo de homens e mulheres, gerando conflito e disputa sobre quem deve tomar posse do poder, sendo que geralmente é levado em consideração de quem está na disputa pelo poder é: masculino- feminino, branco-negro, heterossexual-homossexual. Aquele que se empodera do poder, geralmente terá mais chance de intervir na cultura. Moita Lopes (2002), afirma que o poder é produzido pelo discurso, então quem se apoderar do discurso obterá o poder, e obtendo o poder poderá domina a cultura, dominando a cultura terá a chance de incluir e excluir determinadas identidades, e excluir determinadas identidades ocorre conflitos, por que o objetivo do dominador é eliminar, fazer desaparecer as identidades vistas como "diferentes". E é justamente nessa tentativa do dominador tentar eliminar certas identidades, é que deve ser lembrado que o objetivo da criação dos Direitos Humanos, pela ONU é :

"Os Direitos Humanos são direitos a todos os seres humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os Direitos Humanos incluem o direito à vida liberdade, liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

(ARCHANJO, 2014, p. 25)

Sendo assim, cultura e poder estão diretamente interligados, mas não para excluir, e sim para acolher e incluir a todas as identidades de raça, gênero, religião, etnia, deficiência, geração, nacionalidade, classe social, de forma a incutir na sociedade a cultura da educação em para Direitos Humanos, colaborando para a construção de uma sociedade mais cidadão e mais justa livre de violência, opressão, discriminação, preconceito, homofobia, sexismo, entre os sujeitos. Assim as próximas gerações que vierem estarão acostumadas a tratar o seu semelhante com dignidade e respeito, interagindo de forma tranqüila e serena com aqueles que são tidos como "diferente", desenvolvendo mais atitudes compromissadas em proporcionar condições de acessibilidade para aqueles que precisarem sem constrangimento ou violência. Dessa forma o mundo será melhor.

## **2.4 POR QUE INSERIR DIREITOS HUMANOS NO CURRÍCULO ESCOLAR**

Para iniciar a reflexão, é bom buscar o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu artigo 3º traz: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; (...); III – pluralismo de ideias e condições pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" (LDB, 2010, p.08). Tendo em vista que a educação é um direito de todos/as, passou-se a lutar, no contexto brasileiro pela educação pública, gratuita, obrigatória e laica. De forma a garantir que todos/as possam adentrar as escolas brasileiras sem distinção. Entende-se que é um desafio proporcionar um ensino, no qual alunos e alunas possam ter acesso e permanência à educação pública de qualidade, sem sofrer algum tipo de discriminação pela sua identidade de gênero, sexual, raça, etnia, classe social, deficiência entre outras.

Com isso Louro (1997), relata que é um desafio pensar práticas educacional, sindical e cotidiana que se abasteça de uma nova teoria científica que leve em conta a construção da imagem do professor e da professora frente as identidades de

gênero, sexualidade, questão racial, linguagem, em sala de aula. Pois, a todo momento tem se notícias horrendas ocorridas no ambiente escolar envolvendo a identidade de alunos e alunas, principalmente no que se refere a gênero e orientação sexual, como exemplo: fato de homofobia ocorrido em 09\03\15 em que o filho de casal gay morre após ser agredido fatalmente na escola em São Paulo, e a expulsão feita por uma diretora de uma escola Pública, após flagrar beijo gay entre dois alunos, em 02\04\15. Essas são algumas notícias ocorridas no ambiente escolar, que envolve violência, discriminação e omissão aos Direitos Humanos. Ferreira (2014), afirma que a Lei de Diretrizes e Base estabelece que educar em direitos humanos é fomentar uma prática educativa inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, sua qualificação para o trabalho, mas essencialmente para o exercício pleno da cidadania. Tavares reforça que a educação é o caminho para qualquer mudança social que se deseje realizar dentro de um processo democrático. E que a educação em\para Direitos Humanos é o que pode possibilitar a conscientização das pessoas, no que se refere ao respeito ao ser humano, e na construção da formação do cidadão, o qual deve se manter ativo na luta por seus direitos, de forma a cumprir com seus deveres para contribuir com formação da humanidade.

Se torna importante considerar que educar em\para Direitos Humanos implica em: fortalecer o diálogo no âmbito educacional, pois o mesmo é peça fundamental para a organização do currículo escolar, pois expressa a própria atitude humana de expressar a capacidade de perguntar e responder um ao outro com igualdade. O empoderamento, de acordo com Candau é considerado fundamental na educação em\para Direitos Humanos, por que permite aqueles que historicamente tiveram menos poder na sociedade, de participar ativamente e influenciar nas decisões e nos processos coletivos que antes não tiveram chance. O "empoderamento" tem também uma dimensão coletiva. Trabalha na perspectiva do reconhecimento e na valorização dos grupos sócio-culturais excluídos e discriminados, favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil.

Outro objeto importante que merece muita atenção é o material didático utilizado em sala de aula. De acordo com Archanjo (2014), os materiais didáticos não ensinam apenas a ler, a escrever, a somar ou a subtrair. Eles também ensinam a ser, a sentir, e a fazer. O material didático que o indivíduo acessa na escola ensina

por meio de textos, figuras, atividades, possuindo significados sociais existentes na sociedade da qual ele faz parte. Archanjo (2014), reforça que o material didático traz sempre um recorte, recorte feito por quem o elaborou/produziu e que o livro didático não é desligado da realidade, ele tem uma função a cumprir: reproduzir a ideologia dominante. Por isso é importante ao professor estar atento e analisar sempre o material didático criticamente para não correr risco de reforçar o preconceito, o estereótipo, o sexismo, a violência, a discriminação na sala de aula. Para que a educação em Direitos Humanos se efetive na escola, se faz necessário incluí-lo no Projeto Político Pedagógico pois, assim se tornará visível e convidativo para que todos que fazem parte do ambiente escolar realizem atividades em Direitos Humanos em toda a escola.

De acordo com Pfeifer e Adams (2014), o que se objetiva é criar uma “cultura em Direitos Humanos”, visando à formação coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. Para combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade entre todos e todas. Pfeifer e Adams (2014), reforçam ainda, que a ênfase do Plano Nacional de Direitos Humanos na educação básica, tem como objetivo possibilitar, desde a infância, a formação de sujeitos de direito, priorizando as populações historicamente vulnerabilizadas de forma a possibilitar que a troca de experiências entre as crianças de diferentes raças e etnias, imigrantes, com deficiência física ou mental, se fortaleça, desde cedo, e que o sentimento de convivência pacífica entre as pessoas ocorra sempre. Pois, conhecer o diferente, desde a infância, é perder o medo do desconhecido, é ter a possibilidade de formar opinião respeitosa e de combater o preconceito, às vezes arraigado na própria família.

Dessa forma lutar para incluir Direitos Humanos no currículo escolar é acreditar que a sociedade pode superar as convivências de violência, preconceito e racismo, sexismo, homofobia, existentes entre os sujeitos, para a vivência da paz. Pois, a luta por uma sociedade justa e solidária, é realizada diariamente, sem trégua por muitos, e como Nelson Mandela mencionou, ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar, e inserir Direitos Humanos no currículo é ensinar a amar o "outro", como ele é .

### 3. DEFININDO GÊNERO E SEXUALIDADE

Louro (1997), afirma que Gênero é a condição social pela qual somos identificados como homem ou como mulher e Sexualidade é a forma cultural pela qual vivemos nossos desejos e prazeres corporais, ou seja: identidade de gênero se constitui nos sujeitos se identificar social e historicamente, como masculinos ou femininos, e identidades sexuais se constitui na forma como vivemos a nossa sexualidade, com parceiros\as do mesmo sexo, ou do sexo oposto, ambos os sexos ou sem parceiro\sa. Segundo Louro (1997), o termo Gênero passa a instigar mais interesse pelos\as estudiosos\as a partir de *Joan Scott*, historiadora norte-americana que escreveu em 1986, um artigo intitulado: *Gender: a useful category of historical analysis*, este texto foi traduzido e amplamente divulgado no Brasil, passando a ser utilizado por aqueles\as interessados\as nas relações de gênero. Dessa forma, Louro (2008) afirma, que a construção dos gêneros e das sexualidades ocorre através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinuando-se nas mais distintas situações, por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, se fazendo em um processo minucioso, sutil, sempre inacabado, muitas vezes sem percepção dos sujeitos.

Para tanto, Louro (2008) cita que antes de assumir noções "dadas" de normalidade e de diferença, se faz necessário refletir que é através da cultura que as pessoas aprendem a viver o gênero e a sexualidade, é através dos discursos repetitivos da mídia, da igreja, da ciência, das leis, dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos que ocorre o reforço de como as pessoas devem viver suas identidades de gênero e de sexualidade. Por isso, a diferença não é natural, ela é naturalizada. A diferença é produzida através de processos discursivos e culturais, portanto a diferença é "ensinada", levando a conclusão de que o gênero e a sexualidade são aprendidos na vivência cultural. Por isso mudar hábitos culturais enraizados no meio popular é muito difícil, mas não é impossível, no entanto há uma necessidade de persistir na incorporação de novos hábitos culturais, para que as novas geração se habituem, deixando o preconceito, racismo e violência fora de suas vivências.

Conviver com situações de violência decorrente de Gênero e Sexualidade é incômodo e ocasiona um certo pânico nas pessoas, por isso é importante levar em consideração o argumento de Weeks (2000), o qual descreve que a preocupação

não é com a questão do que causa a heterossexualidade ou a homossexualidade nos indivíduos, mas compreender o problema do por que e como a nossa cultura privilegia uma e marginaliza outra, quando às vezes causa e reforça a discriminação, o preconceito, a homofobia e a violência contra os sujeitos. Compreender e inserir questões de Gênero e Sexualidade no ambiente escolar é proporcionar uma educação para a vida cidadã, de modo a incluir no currículo escolar o compromisso com os Direitos Humanos.

### **3.1 GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA**

De acordo com Auad (2006), o sistema de ensino, como o conhecemos hoje, teve seu início na Europa, em meados do século XVIII, e a educação escolar era muito diferenciada entre meninos e meninas. A educação feminina desenvolvia-se em torno da aprendizagem de trabalhos domésticos, sob o argumento de que as meninas não precisavam estudar para desempenhar as funções de esposa e de mãe, sendo proibido a elas o acesso aos estudos médio e superior. "A instrução das moças poderia resultar, segundo os pais, na desonra. Vindo sob a forma de bilhetes para namorados e na leitura de livros considerados proibidos para as mulheres" (AUAD, 2006, p. 64). Assim, as meninas\mulheres eram conduzidas para o trabalho doméstico, geralmente realizados no âmbito privado. E os meninos\homens eram responsáveis pelo trabalho público, fora do ambiente doméstico. Dessa forma, de acordo com Auad (2006), o feminino passou a ser associado, na maioria das vezes, à fragilidade, à passividade, à meiguice e ao cuidado e o masculino correspondente a atributos como a agressividade, o espírito empreendedor, a força e a coragem.

Isso começou a mudar com o movimento feminista, o qual é considerado um dos principais responsáveis pela luta de igualdade entre homens e mulheres após a segunda metade do século XX, pois foi capaz de explicitar para a sociedade as desigualdades sociais e discriminações que as mulheres vinham sofrendo em suas vidas, desde a sujeição feminina aos desígnios da autoridade masculina no ambiente doméstico até as situações de guerra a que eram vulneráveis a mutilações, estupros e abusos de toda ordem, incluindo questionamentos quanto a

divisão sexual do trabalho presente em diversas sociedades. Desde então, a luta feminista pela igualdade de direitos se faz presente, contando com muitas estudiosas feministas que tem travado uma luta para combater a toda espécie de machismo. As pesquisas no ambiente escolar são recorrentes, como mostra Auad. Ela realizou uma pesquisa no ensino fundamental para analisar as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar que vale a pena saber.

Auad (2006), descreve algumas observações importantes comprovadas, através da sua pesquisa no ambiente escolar nas brincadeiras intituladas como: brincadeiras de meninas; elas permaneciam sentadas conversando, passeando pelo pátio, pulando elástico, nas brincadeiras de meninos; eles jogavam futebol, lutavam em pequenos grupos, e jogavam "bafo". Nas brincadeiras mistas; meninos e meninas jogavam queimada, pulavam corda, dançavam *funk* e axé, beijo e abraço e aperto de mão, e pega- pega. A autora revela que foi possível perceber nos meninos uma tendência maior de dominar grandes espaços, maior mobilidade espacial, participam de atividades mais dinâmicas. As atividades no pátio seriam jogos nos quais a separação e mistura expressam o masculino e o feminino. Os jogos e as brincadeiras nos quais haveria reforço de desigualdade, demonstra a idéia de certa "violência naturalizada dos meninos". A dominação do espaço do pátio pelos meninos permite reconsiderar simbolicamente a separação entre espaço privado, atribuído às mulheres, e o espaço público, tradicionalmente masculino. Com base nessa pesquisa, é possível refletir que a escola reflete diretamente a vivência da sociedade de forma, que conforme Louro (2000), o espaço escolar serve para disciplinar, medir, avaliar, examinar, aprovar (ou não), categorizar, magoar, coagir, consentir a maneira como os alunos e alunas devem viver a sua forma de ser homem ou de ser mulher, ou seja, como devem desenvolver e viver as suas identidades de gênero e sexual. Sendo que alunos e alunas levam consigo essas "marcas", adquiridas na escola por toda a sua vida.

Por isso é importante que educadores e educadoras estejam atentos para não marcar negativamente alunos e alunas, reforçando os papéis feminino e masculino. A necessidade de problematizar em sala de aula questões de Gênero e Sexualidade é importante, para desconstruir estereótipos que às vezes o aluno ou aluna trazem consigo. Moita Lopes (2002), revela que quando uma criança de seis anos chega na escola, geralmente a sua identidade de gênero e sexualidade já está em partes, definida pela família. Ou seja, a criança já está construída como menina ou menino,

certamente como heterossexual. Portanto será a escola, o primeiro lugar que a criança irá participar fora de casa, que vai ter a função de legitimar ou recusar essas identidades, construídas previamente. Nesse sentido, se faz muito importante que professores\as compreendam sobre Gênero e Sexualidade para intervir na sala de aula e com a família sobre a formação da identidade da criança, pois Britzman (2000), argumenta que a sexualidade, começa no início da vida, e não com a puberdade, no entanto, é cedo demais para que a criança compreenda, mas não cedo demais para sensação de prazer. E como as crianças são eternamente curiosas sobre a sua própria alteridade, elas próprias produzem suas teorias da sexualidade. E ignorar, o assunto só reforça a curiosidade da criança, reforçando ainda mais a curiosidade, sendo que Louro (2000), relata que a escola, tanto pelo pela afirmação quanto pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, exercem uma certa pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais e reprimi e marginaliza outras. Dessa forma, acaba reforçando velhos e presentes estigmas, de que as mulheres se constituem no "segundo sexo", e ou que gays, lésbicas, bissexuais são sujeitos de sexualidades "desviantes".

Louro (2008), afirma que talvez o maior desafio, seja admitir que as fronteiras de Gênero e de Sexualidade estão sendo constantemente atravessadas, e que o lugar social de alguns sujeitos seja exatamente viver na fronteira. Esse desafio se torna para a escola, algo muito difícil de superar, pois em muitos momentos educadores\as não conseguem transpassar a idéia dos papéis definidos para homens e mulheres, acabando por reforçar os estereótipos. Para evitar reforçar estereótipos em sala de aula, é preciso considerar a afirmação de Murata e Murata (2014), que reforça que a defesa dos direitos humanos supõe uma postura política e ética na qual todos/as têm igualmente o direito de ser respeitados/ as e tratados/as com dignidade, sejam homens, mulheres, negros(as), brancos(as), indígenas, homossexuais, heterossexuais, bissexuais, travestis, transexuais. Assim, incluir uma educação em\pra Direitos Humanos no que se refere a Gênero e Sexualidade garante um ensino e aprendizagem de qualidade pra todos e todas.

### 3.2 DIREITOS HUMANOS E QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Segundo Archanjo (2014), para se fazer uma educação para/em Direitos Humanos é necessário fazer uma relação semântica da preposição *para* que é de destino, e da preposição *em* que é de modo. Ou seja, é preciso pensar em educar para os Direitos Humanos entendendo os Direitos Humanos como conteúdo a ser inserido no currículo escolar, de modo que possa ser vivenciado e experienciado no contexto educacional, contribuindo para a formação cidadã dos sujeitos tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Para banir do convívio social, as atitudes degenerativas que prejudicam as pessoas na sociedade, decorrente de atitudes impróprias contra aqueles/as que assumem suas identidades de raça, gênero, sexualidade, etnia. Archanjo (2014), relata que os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Os Direitos Humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação. Por isso a escola não pode se ausentar desse compromisso, por que desde muito tempo a escola, segundo Louro (1997), delimita espaços, servindo-se de símbolos e códigos, afirmando o que cada um pode ou não pode fazer, separando e instituindo. Informando o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas, através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, tentando mostrar quais os modelos deverão ser seguidos, quais identidades devem ser assumidas e vividas.

Dessa forma, incluir no currículo escolar questões de Direitos Humanos se torna importante, por que garante um trabalho efetivo de respeito e inclusão dos sujeitos, até então, discriminados por sua história, luta e identidade. Woodward (2013), argumenta que as identidades estão mudando, tornando-se mais questionadas e ambíguas, sugerindo mudanças e fragmentações que podem ser descritas em termos de uma crise de identidade, por que envolve mudanças globais, locais, no âmbito familiar, social, político, econômico, exigindo que as pessoas assumam diferentes identidades, ocasionando em alguns momentos conflito pessoal e individual, quando aquilo que é exigido e assumido por uma identidade interfere

com as exigências de outra identidade. Toda esse conflito de identidade existente está presente na escola, provocando desconforto e dúvidas sobre como problematizar tudo isso em sala de aula. É nesse momento que pensar, elaborar e incluir as questões de Direitos Humanos no currículo, favorece a segurança, o respeito e a inclusão de todos os sujeitos tanto no meio escolar, quanto na sociedade, de maneira coletiva, respeitosa e harmoniosa. Pois, é isso que se busca enquanto cidadãos e cidadãos plenos de direitos, uma sociedade culturalmente respeitosa para em Direitos Humanos, na qual todas as identidades de gênero, sexual, raça, etnia, classe social, religião, geração e deficiência sejam respeitadas e respeitadas.

#### **4. DIREITOS HUMANOS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DE PROFESSORAS DE LÍNGUA INGLESA**

Pensar em formação de professores e de professoras, exige compromisso e seriedade tanto por parte de educadores/as quanto por parte do poder público. Tendo o aparato das formações por parte do poder público, se faz necessário ao/a educador/a entender e compreender que o/a mesmo/a, não seja um mero transmissor dos conteúdos formais, mas que, acredite no que faz, pois sem a convicção de que o respeito é fundamental para todos/as, não é possível uma educação eficaz; que eduque com o exemplo, porque de nada adianta ter um discurso desconectado da prática ou ser incoerente exigindo aos demais determinadas atitudes sendo que ele/ela próprio/a não cumpre; que desenvolva uma consciência crítica com relação à realidade e um compromisso com as transformações sociais. Esses compromissos devem estar claros para os/as educadores/as, para que os mesmos/as possam ter subsídio educacional para proporcionar o desenvolvimento de um currículo voltado para a inserção de uma educação em/para Direitos Humanos. Segundo Tavares, o ponto de partida para uma educação em/para Direitos Humanos deve ser o de uma pedagogia crítica, que articule os saberes docentes com os Direitos Humanos e que oportunize aos educadores uma ampla gama de opções, de observações, de análises, de descobertas.

É preciso consolidar o aprendizado pela vivência, fazer do exercício cotidiano e da cidadania uma prioridade. Para isso, se faz necessário, conforme Tavares, ter a vida cotidiana como referência contínua. Como um aprendizado que não ocorre de forma pontual ou isolada, mas que, sistematicamente, faz parte da ação educacional. Por isso, é importante a elaboração de abordagens condizentes com este tipo de educação, que possam contribuir para seu exercício. É fundamental educar na tolerância, na valorização da dignidade e nos princípios democráticos; construir uma nova cultura que tenha como centro o ser humano. Este é um desafio no qual a contribuição dos educadores/as em/para Direitos Humanos é importante. Por isso a formação docente, desde o início, deve corresponder a estes valores que se pretende buscar. Dias, relata que a tarefa de educar para/em Direitos Humanos impõe à escola processos de qualificação de seu corpo docente. Isto porque, a realização de projetos educativos em/para Direitos Humanos pressupõe ações de natureza crítica e criativa, capaz de provocar reflexões sobre a realidade existente, com o objetivo de construir uma sociedade mais humanizada e emancipadora .

Para isso se faz importante incluir na formação de professores e de professoras, segundo Louro (2007), a questão do autoquestionamento, isso implica em abandonar certas pretensões de dominar certos assuntos ou de pretender trazer uma grande "resposta" para um problema, pretende-se através do autoquestionamento buscar novas respostas, buscar novas soluções, e buscar novas formas de ensinar e aprender, as quais incluam o respeito, valorização do ser humano, valores e cidadania. São questões indispensáveis para a formação de uma sociedade inserida nas relações de Direitos Humanos, diretamente relacionadas com a formação de professores e professoras.

Conforme Pfeifer e Adams (2014) o educador/a em/para Direitos Humanos tem diante de si uma responsabilidade imensa, primeiro de educar-se a si mesmo e depois, de educar aos demais na tolerância, no respeito, na compreensão da diferença. Por esse motivo a formação inicial e continuada é muito importante, pois é dessa forma que o/a educador/a irá perceber a importância do seu trabalho de forma consciente. Pois é necessário trabalhar na escola que Direitos Humanos são direitos considerados fundamentais a todos os seres humanos, sem distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral. Pfeifer e Adams (2014), afirmam que atualmente, os Direitos

Humanos são direitos fundamentais que o ser humano possui pelo fato de ser humano, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ele é inerente como a vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. E essa consciência precisa ser criada, precisa ser naturalizada na cultura, para influenciar, compartilhar e consolidar as mentalidades, os costumes, as atitudes, os hábitos e comportamentos das pessoas para transformar-se em práticas diárias na convivência dos sujeitos. Essa definição de Direitos Humanos deve estar clara nas mentes e nas atitudes de educadores\as e estudantes, para que faça parte da sua vida naturalmente, e para que isso se concretize é preciso perseverar em incluir sobre Direitos Humanos nas formações iniciais e continuadas dos\as educadores\as, por que Louro (2007), afirma que o modo como os educadores pesquisam, escolhem sua leituras, constroem seus planos de trabalho, a forma como escrevem, enfim a sua maneira de atuar é marcada pelas escolhas teóricas e por escolhas políticas e afetivas. É certamente, afetado por toda a história pessoal, pelas posições-de-sujeito que ocupam, sendo necessário refletir sobre todo esse processo, e o momento mais oportuno para isso é nas formações iniciais e continuadas.

Moita Lopes (1997), destaca, que se torna indispensável para educadores\as questionar, não apenas o que ensinam, mas o modo como ensinam e que sentidos os\as alunos\as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam o trabalho do\da educador\da (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas "críticas"). Tendo que estar atentos\as, sobretudo, para a linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que freqüentemente está presente em tudo que nos rodeia. bell hooks (2000), afirma também, que o propósito da educação é demonstrar aos\as estudantes como definir a si mesmos "autêntica e espontaneamente em relação" ao mundo, e que professores e professoras podem ensinar melhor se são auto-realizados, pois alunos e alunas percebem quando o\da professor\da é coerente, ou não, com o seu discurso.

Além de entender, que a formação continuada é muito importante para o\da professor\da, se faz necessário lembrar da responsabilidade do poder público, em repassar as verbas destinadas para educação, para que a mesma possa organizar suas atividades, entre elas, organizar as formações para educadores\as. Pfeifer e Adams (2014), ressaltam que a omissão do Estado brasileiro é colocada como um

dos obstáculos para a efetivação dos Direitos Humanos. Sendo que o papel da Educação de Direitos Humanos está vinculado, ao desvelamento da lógica da globalização neoliberal no sentido de tornar evidentes as contradições socioeconômicas e políticas que precisam ser superadas para que a cidadania ocorra e, além disso, é preciso concordar com Pfeifer e Adams (2014), quando é citado que é necessária uma ação de controle social e fiscalização da atuação do Estado na elaboração e execução de políticas públicas para melhor monitorar as ações desenvolvidas destinadas para a educação. Por que o Estado e educação precisam estar articulados para um processo de promoção e proteção dos Direitos Humanos, para que ocorra a efetivação dos Direitos Humanos no meio escolar e na sociedade em geral. A construção de uma “cultura em DH” fica fragilizada quando há um descompasso entre os avanços materializados no Plano Nacional de Educação dos Direitos Humanos e as atribuições do Estado para a efetivação da cidadania e, conseqüentemente, da justiça social. Se faz necessário que o Estado absorva as demandas populares para avançar ainda mais na construção dos Direitos Humanos, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais.

Neste contexto, é imprescindível a articulação de diferentes setores e o estreitamento dos laços entre Estado e sociedade civil, para que as ações se concretizem, levando em consideração que de acordo com Pfeifer e Adams (2014), um dos objetivos do Plano Nacional de Educação de Direitos Humanos é justamente “fomentar a articulação entre poder público e sociedade civil, para o desenvolvimento de ações conjuntas” na área de Educação em Direitos Humanos. A educação é fundamental para a formação de uma cultura em Direitos Humanos, por que ela (a educação) é um veículo de construção da consciência crítica, a qual pode desnaturalizar velhas idéias de preconceito, estereótipo, racismo, sexismo e homofobia arraigadas na realidade popular, desencadeando sofrimento e violência entre os sujeitos.

Fortalecer as formações iniciais e continuadas em Direitos Humanos é possibilitar uma convivência voltada para a inclusão das diferenças, é possibilitar um ensino e aprendizagem de qualidade de vida, é possibilitar a criticidade, é possibilitar que os sujeitos possam assumir suas identidades, sem medo de sofrer qualquer tipo de violência por isso, é possibilitar uma sociedade mais humanizadora, e harmoniosa para as gerações vindouras. Pois, Paulo Freire diz que se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade mudará. Então,

se faz necessário uma educação efetiva, para transformar mentes e as quais transformarão a sociedade.

#### **4.1 DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E SEXUALIDADE NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA**

Segundo Moita Lopes (2002), o discurso como uma construção social é, portanto, percebido como uma forma de ação no mundo. Portanto investigar o discurso a partir dessa perspectiva é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo por meio da linguagem e como a sua realidade social é construída. Pois professores\as e estudantes atribuem sentido aquilo que lêem, o que dizem, ouvem ou fazem. Por isso, é importante questionar sempre não apenas ao que os educadores\as ensinam, mas ao modo como é ensinado e quais os sentidos que os\as alunos\as atribuem ao que aprendem.

Dessa forma, afirma Moita Lopes (2007), que a linguagem que se usa não apenas reflete o modo pelo qual se conhece o mundo, mas ela institui um jeito de conhecer, que parece quase sempre, muito "natural", colaborando muitas vezes, para o reforço dos papéis estereotipados tidos na sociedade. Assim, se faz necessário que a escola, se preparar para distinguir modelos impostos de exclusão quase imperceptíveis, para não permitir a exclusão de forma a colaborar na construção de uma sociedade cidadã, respeitosa para\em Direitos Humanos. Para isso, Moita Lopes (2007), reforça que é necessário que os professores\as de línguas considerem a linguagem como um fenômeno essencialmente social em suas aulas e que estabeleçam relações entre a linguagem trabalhada na sala de aula e o modo como a linguagem é usada na sociedade. Isso, é importante para que se possa ter a consciência de como, através do uso da linguagem, é construída as várias identidades sociais no discurso e de como essas identidades afetam os significados que construímos na sociedade.

Moita Lopes (2007), aponta que a escola tem sido continuamente apontada como um dos mais importantes espaços, na construção de quem somos e, é um dos primeiros espaços sociais a que a criança tem acesso, longe da vigilância imediata da família. Isso implica, que é na escola que a criança terá a oportunidade

de conhecer e de se conhecer, de mostrar outros modos de ser humano, diferentes daqueles do mundo relativamente homogêneo da família. Ou seja, é na escola que em geral a criança se expõe, pela primeira vez, as diferenças que nos constituem e que, por tanto, representam as primeiras ameaças ao mundo da família. Então, é importante que a sala de aula de línguas, seja essencialmente, um espaço onde se aprenda que a língua serve principalmente para construir significados por meio de leitura, compreensão oral, fala e produção escrita. Ou seja, o ato de construir significados constitui exatamente o cerne do que se tem que aprender a fazer nesse contexto. Isso, de acordo com Moita Lopes (2007), faz com que a visão de discurso e a visão da natureza da interação que subjazem ao trabalho do professor\a sejam elementos portadores de sua ação em sala de aula.

As escolas, como instituições democráticas, são espaços importantes e essenciais para o desenvolvimento da consciência crítica de como agir com o "outro", em\para Direitos Humanos. E através das aulas de Língua Inglesa é possível fazer com que o\la aluno\la participante do mundo social, aprendendo a construir significados, por que as aulas de Língua Inglesa admitem, por sua natureza, a utilização de textos, tipologicamente variados como: narrativas, poesias, notícias de jornais, entrevistas, histórias de luta dos povos, músicas, filmes, enfim uma infinidade de materiais, que podem ser utilizados em sala de aula com o objetivo problematizar as identidades existentes no mundo social, possibilitando despertar no\la aluno\la uma gama variada de conhecimentos. Isso, segundo Moita Lopes (2002), significa usar a sala de aula de Língua Inglesa como um espaço de (re)descrição\re)construção da identidade social através da consciência de como usamos a linguagem na sociedade para agir no mundo social ao mesmo tempo em que construímos a nós mesmos, os outros e o mundo à nossa volta.

Em Língua Inglesa, a possibilidade de uma gama variada de textos, tecnologia, interdisciplinariedade e até intercâmbio, possibilita ao\la educador\la e aos\as estudantes uma oportunidade de se ver como protagonista do ensino e aprendizagem, pois Moita Lopes (2002), afirma que quando o\la aluno\la não consegue se encontrar no mundo social descrito pelos professores é como se a sua vida não existisse, ele\ela se sente "deslocado", passando a julgar desnecessário a aula. Moita Lopes (2002), cita que os\as estudantes tendem a esquecer qualquer aula que seja vista como algo que tenha a ver somente com a autoridade da escola e com a autoridade do professor\la, principalmente, se o assunto for referente a

Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade, de forma que esses assuntos sejam trabalhados como expressões de respostas certas ou erradas escondendo os reais interesses e curiosidades de alunos e alunas, por questões determinadas pelos professores com o interesse e justificativa de que têm que de cumprir a matéria determinada pela currículo oficial. Essa forma do\da professor\la organizar suas aulas, é estritamente prejudicial para o interesse do\la aluno\la. Lembrando que ainda, existe o problema da escola, em tentar tratar estudantes, de forma homogeneizada como se todos fossem: branco, homem, heterossexual, classe média. Nesse parâmetro aqueles\as que não pertencem a essa classificação se sentem excluídos\as, ficando às margens do desinteresse.

Britzmann (2000), propõe um currículo que possa recusar os fundamentos do eugenismo e da higiene social. Exigindo assim, o esforço, o conhecimento e dedicação por partes de professores\as e alunos\as para se chegar a uma base de conhecimento que tenha relevância social, capaz de produzir novos interesses, capazes de pressionar os limites da crítica e do desinteresse, revelando uma nova forma de ensinar e aprender com base no interesse e na relevância social da língua. Dessa forma, as aulas de Língua Inglesa deixam de ser apenas repasse de gramática trazidas de países estrangeiros sem muito sentido para os alunos\as e passam a ter uma relevância social importante em suas vida, com interesse comum em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade para o conhecimento, além dos muros escolares.

#### **4.2 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS NAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM LÍNGUA INGLESA**

Conforme Giesel (2012), discutir a questão de gênero na sala de aula de Língua Estrangeira é uma tarefa de suma importância dada a necessidade de utilizar a interdisciplinaridade como elemento de integração entre as disciplinas que compõem o currículo escolar. Além disso, o contexto contemporâneo, no qual está inserido o ensino de Língua Estrangeira, tem exigido práticas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento de uma consciência reflexiva de nossos educandos. Contemplar, assim, o ensino de Língua Estrangeira como um meio de produção e transformação do conhecimento é dar um novo enfoque a esse campo

do conhecimento que há muito tempo tem sido sistematicamente relegado a uma posição de desprestígio no contexto educacional do país. Pois quando se pensa no ensino de Língua Inglesa, imediatamente se remete somente ao ensino da gramática e da pronúncia baseada fielmente na pronúncia do nativo que nasce em um país no qual a língua materna é o inglês. Ou seja, conforme Freitas e Pessoa (2012), já não basta "conhecer" e ou "dominar", o conteúdo de uma determinada disciplina, o que é necessário é adotar uma postura que possibilite agir além desse campo técnico e disciplinar, de modo a tornar o nosso trabalho mais próximo dos anseios de nossos alunos e alunas, numa tentativa de transformar a prática pedagógica em momentos de reflexão e criticidade no que envolve nossos alunos e alunas. Para isso, Freitas e Pessoa (2012), adverte que é preciso uma tomada de consciência dos valores e significados ideológicos implícitos nas atuações docentes e nas instituições, de forma ações transformadoras venham combater a injustiça existente nas instituições de ensino, para que os sujeitos possam assumir suas identidades de gênero e de sexualidade nesse espaço escolar, sem sofrer preconceito, racismo, violência e homofobia.

Concordo com Freitas e Pessoa (2012), quando mencionam que a busca por uma educação emancipatória exige discussões sobre gênero, sexualidade de forma a levar professores/as e alunos/as a refletir criticamente sobre os discursos e as práticas que legitimam a desigualdade entre os gêneros e as diferentes formas de manifestação da sexualidade no ambiente escolar. Pois, segundo Freitas e Pessoa (2012), a compreensão do "falar" como "fazer", nada mais é, do que tornar a língua como instrumento de ação, ou seja, tornar o discurso como prática social, entendendo que as identidades como sendo múltiplas e fragmentadas na sala de aula podem se tornar espaço de conflito e transformação da realidade, no qual "é preciso buscar alternativas educacionais que privilegiem a voz do subalterno, no qual o subalterno possa fazer parte na construção do currículo"( FREITAS e PESSOA, 2012, p.149). Com isso, Freitas e Pessoa (2012), ainda afirmam que não basta termos consciência de que o nosso trabalho está relacionado com Direitos Humanos, é preciso ir além, é preciso contribuir com a luta e com a proposta de igualdade, refletindo sobre as nossas práticas cotidianas que vão se articulando e se perpetuando nas mais diversas formas de preconceito e discriminação, impedindo que todos/as tenham os mesmos direitos e a mesma visibilidade no ambiente escolar. De forma, que o escola, proporciona a constituição dos sujeitos e a

produção das identidades heterossexuais, de forma a produzir e alimentar a homofobia e o sexismo entre alunos e alunas.

## **5. AÇÕES CONTÍNUAS PARA IMPLEMENTAR A INTERDISCIPLINARIEDADE NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA DE ACORDO COM A PROPOSTA DE DIREITOS HUMANOS**

De forma, colaborativa conforme Ferreira (2015), destaco algumas contribuições, que podem auxiliar professores e professoras de Língua Inglesa, a trabalhar de maneira interdisciplinar com as questões de gênero e sexualidade, conforme os Direitos Humanos, considerando as alterações ocorridas no currículo, no Brasil, nas últimas décadas, em relação às questões de identidades sociais e diversidade, tanto nas escolas quanto nas universidades. Para realizar um trabalho interdisciplinar envolvendo as questões de Gênero e de Sexualidade nas aulas de Língua Inglesa, conforme a proposta dos Direitos Humanos, se faz necessário:

- Cursos de formação para docentes, incentivando para o ensino do conteúdo, de forma crítica e inclusiva, no momento de utilizar materiais didáticos e tecnologia no ambiente escolar.
- Conhecer alguns documentos oficiais que podem colaborar para a inclusão dos novos desafios educacionais como: a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira, a Lei 11.645, a qual inclui no currículo a temática Indígena, Lei 12.288, a qual institui o Estatuto da Igualdade Racial, Lei 6.001, a qual dispõe sobre o Estatuto do Índio, a Lei 8.069, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2007, Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná em 2010, entre outros. Conhecer tais documentos, se faz importante conforme Moita Lopes (2002), por que quando o/a aluno/a não consegue se encontrar no mundo social descrito pelos/as professores/as é como se sua vida não existisse, é como se ele/ela não fizessem parte daquele ambiente, daquele meio social, ou seja, eles/elas se sentem "deslocados" da sua realidade, ocorrendo em certos momentos que

alunos/as venham a desistir de frequentar a escola devido, suas identidades serem ignoradas neste ambiente, ocasionando a violência e o preconceito.

- Trabalhar a Língua Inglesa de forma significativa, como instrumento para a prática social no qual o/a aluno/ a está inserido.
- Possibilitar o trabalho com teatro entre os/as estudantes.
- Possibilitar debates na sala de aula na Língua Materna e dentro das possibilidades utilizar a Língua Inglesa.
- Produção de texto na Língua Materna e na Língua Inglesa.
- Produção de cartazes, livros e outros materiais para exposição.
- Entrevistas em Língua Materna e Língua Inglesa.
- Produção de vídeos através das mídias.

Essas ações desenvolvidas nas aulas de Língua Inglesa, colaboram para que alunos/as empoderem-se da língua para conquistar seu lugar na sociedade, superando a violência, racismo, homofobia e preconceito contra si e contra o "outro", de forma colaborativa e crítica.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A oportunidade de aprofundar nossos conhecimentos em temas realmente consideráveis para as nossas vidas, é um momento gratificante e rico. A Especialização em Direitos Humanos, foi sem dúvida um desses momentos. Através de muita leitura, dedicação e participação, foi possível entender e conhecer sobre direitos que não sabíamos que existia. Mas a partir da descoberta deles, foi possível nos descobriremos enquanto pessoas humanas carregadas de histórias, lutas e conquistas. Isso nos proporciona melhorarmos nossas vidas no âmbito profissional e principalmente no pessoal, nos proporciona a capacidade de podermos de alguma forma melhorar a nossa vida e a dos "outros".

Compreender a educação em\para Direitos Humanos é muito importante, e se torna ainda mais, depois de momentos como este, em que o esforço se transforma em prazer, devido o entendimento de perceber que estamos estudando sobre a nossa vida, sobre o nosso direito de ser e de estar no mundo, sobre o nosso direito de ser respeitado\ a e de respeitar o "outro". Com este estudo nos é proporcionado o compromisso de mudar, primeiramente a nós mesmos, depois quem se encontra ao

nosso redor e por fim transformar o mundo. De maneira a contagiar as pessoas, que de alguma forma tem contato conosco, de maneira a formar uma grande corrente do bem, tendo em comum a aprendizagem, o compromisso e o empoderamento de passar adiante o aprendizado conquistado em\ para Direitos Humanos.

Compreender sobre Direitos Humanos é aprender a viver melhor. Viver melhor consigo mesmo, e depois com os "outros". É perceber que existem pessoas parecidas conosco, e também pessoas totalmente diferentes de nós, mas que essas diferenças podem existir, mas elas não podem nos fazer infelizes, pois as diferenças devem aproximar mais as pessoas e não distanciá-las. Compreender sobre Direitos Humanos é descobrir, que os Direitos Humanos existem para não deixar as pessoas esquecerem de que um dia houve tanta discriminação, que foi preciso tornar universal certos direitos, para que nunca mais as pessoas esqueçam de que existem os Direitos Humanos para garantir a dignidade entre a humanidade. Por isso a educação escolar é tão importante na efetivação dessa nova criação cultural "viver em\para Direitos Humanos", de forma a transformar as pessoas, as quais podem transformar o mundo.

Contudo, o propósito deste artigo é colaborar para desconstruir estereótipos em sala de aula, no material didático, no discurso de educadores(as) e educandos(as) e nas relações de poder, desestabilizando a composição do binarismo: homem/mulher, negro(a)/branco(a), heterossexual/homossexual no ambiente escolar, principalmente nas aulas de Língua Inglesa, como também em toda a sociedade em geral.

## 7. REFÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2006.

ARCHANJO, Daniela Resende. **Conceitos Introdutórios de Educação para e em Direitos Humanos**. Módulo 5. Curitiba, 2014. Produção de Material Didático: Cipead.

----- **Direitos Humanos e os Materiais Didáticos**. Módulo 9. Curitiba, 2014. Produção de Material Didático: Cipead.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRITZMAN Deborah. **Curiosidade, sexualidade e currículo**. In.: LOURO, Guacira Lopes ( Org.). **O corpo educado, pedagogias da sexualidade**. Editora eletrônica: Waldênia Alvarenga Santos Ataíde, 2000. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Belo Horizonte: Autêntica.

CANDAU, Maria Vera. **Educação e Direitos Humanos, Currículo e Estratégias Pedagógicas**

[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4\\_6\\_vera\\_candau\\_edh.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_6_vera_candau_edh.pdf)

DIAS, Adelaide Alves. **A escola como espaço de socialização da cultura em Direitos Humanos**.

[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4\\_3\\_adelaide.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_3_adelaide.pdf)

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Edição 2. São Paulo: UNESP, 2011.

FERREIRA, Luciana. **Direitos Humanos e Currículo**. Módulo 10. Curitiba, 2014. Produção de Material Didático:Cipead

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Narrativas Autobiográficas de Professoras/es de Línguas nas Universidade: Letramento Racial Crítico e Teoria Racial Crítica**. In: ----- (Org.) **Narrativas Autobiográficas de Identidades Sociais de Raça, Gênero, Sexualidade e Classe em Estudos da Linguagem**. Edição 1, Campinas, SP. Pontes, 2015. P. 127-159.

FREITAS, Marco Túlio de Urzêda e PESSOA, Rosana Rocha. **Gênero, Sexualidade e Ensino Crítico de Línguas Estrangeiras: Intersecções coma Formação de Professores/as**. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus, (Org.) **Identidades Sociais de Raça, Etnia e Sexualidade: Práticas Pedagógicas em Sala de Aula de Línguas e Formação de Professores/as**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. P. 145-165.

GIESEL, Cláudia Cristina Mendes. **Uma Abordagem Sóciointeracionista Humanizadora para o Ensino de Línguas Estrangeiras: Gênero na Sala de Aula.** In: FERREIRA, Aparecida de Jesus, (Org.) **Identidades Sociais de Raça, Etnia, e Sexualidade: Práticas Pedagógicas em Sala de Aula de Línguas e Formação de professores/as.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. P. 101-120.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 edição, Rio de Janeiro, DP & A, 2011

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Edição 5. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação Edições Câmara, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero Sexualidade, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

----- **Gênero e Sexualidade: Pedagogias Contemporâneas.** Pro-Posições, v. 19. nº 2 ( 56) - maio\agosto - 2008.

----- **Pedagogias da Sexualidade.** In.: ----- (Org.). **O corpo educado, pedagogias da sexualidade.** Editora eletrônica: Waldênia Alvarenga Santos Ataíde, 2000. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Belo Horizonte: Autêntica.

MOITA Lopes, Luiz Paulo da. **Identidade Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula.** Campinas, S.P Mercado de Letras, 2002.

MURATA, Marília P. Ferreira e MURATA Takao. **Direitos Humanos e Ambiente Escolar.** Módulo 12. Curitiba, 2014. Produção de Material Didático:Cipead.

----- **Públicos da desigualdade social.** Módulo 3. Curitiba, 2014. Produção de Material Didático: Cipead.

PFEIFER Mariana e ADAMS, José Rodrigo Barth. **Direitos Humanos na Formação Inicial e Continuada**. Módulo 8. Curitiba, 2014. Produção de Material Didático: Cipead.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In.: -----  
**Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Edição 13, Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

TAVARES, Celma. **Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar**. Educação em Direitos Humanos: fundamentosteórico-metodológicos.

[http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/29\\_cap\\_3\\_artigo\\_07.p](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/29_cap_3_artigo_07.p)

WEEKS, Jeffrey. **O Corpo e a Sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes ( Org.). **O corpo educado, pedagogias da sexualidade**. Editora eletrônica: Waldênia Alvarenga Santos Ataíde, 2000. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Belo Horizonte: Autêntica.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In.: SILVA, Tomaz Tadeu, identidade e diferença (Org.). edição 13, Petrópolis. RJ. Vozes, 2013.